

crítica do desempenho de investidores institucionais, fundos, em relação ao investidor individual.

A sexta parte trata do comportamento dos preços das ações, apresentando a análise técnica ou grafista, e a abordagem do Random-Walk. A análise técnica é muito difundida e é usada, na prática, para decisões de curto prazo de compra e venda de ações, sendo baseada sobretudo nas tendências de oferta e demanda no mercado. O capítulo 21 desenvolve os vários estágios de eficiência do mercado de ações através das hipóteses **fraca, semiforte e forte**.

Uma falha do texto — é que o torna incompleto a nosso ver — é a pouca ênfase dada à projeção dos lucros da empresa e de retorno futuro da ação. A estimativa dos lucros futuros e por ação é a peça mais importante da análise fundamentalista. O texto passa rapidamente por cima desta etapa, como se considerasse estas informações dadas, e desenvolve a partir daí sua metodologia de precificação de títulos de renda variável, ações.

Consideremos este texto de Francis um livro de cabeceira para os teóricos e praticantes no campo de análise e decisão sobre investimentos em ativos financeiros, apesar de que seu quadro de referência pode ser facilmente aplicado em outros mercados, como, por exemplo, o imobiliário. Embora seja mais indicado para graduados, sua qualidade e importância não permitem qualquer restrição quanto a sua leitura e estudo pelos interessados na área de análise de investimentos e administração de carteiras de valores mobiliários. ■

Jacob Ancelevicz

Desroche, Henri. **Le projet coopératif, son utopie et sa pratique ses appareils et ses réseaux, ses espérances et ses déconvenues**. Paris, Editions Ouvrières, 1976.

**Le projet coopératif** é o último livro lançado pelo Prof. Henri Desroche sobre o tema cooperativismo. Este autor, conhecido tanto pelos estudiosos da sociologia da cooperação, como pelos que se dedicam à sociologia religiosa, é diretor de estudos da École Pratique des Hautes Etudes (Sorbonne), diretor-fundador do Collège Coopératif de Paris, diretor da revista **Archives Internationales de Sociologie de la Coopération**, entre outros títulos.

Dentre as suas obras sobre a temática cooperativista, este livro se destaca por seu caráter globalizante, na abordagem de diferentes aspectos do fenômeno e pela discussão de certos problemas dificilmente encontrados em estudos no gênero.

Já na introdução, Diário de um cooperador "cooperante", ao analisar os motivos que o levaram ao estudo do cooperativismo, Desroche levanta o problema da relação entre comunidade e cooperação (problema este que ele retoma adiante no

capítulo O enxerto cooperativo). Suas primeiras pesquisas foram a respeito dos **shakers** nos Estados Unidos, que seriam "um verdadeiro elo perdido entre um neocristianismo e um pré-socialismo sob forma de comunidades cooperativas multifuncionais e que prosperaram durante um século e meio" (p. 18). E é justamente esta postura de Desroche que ao se debruçar no estudo do cooperativismo procura encontrar suas raízes num projeto utópico comunitário, o que confere a sua obra uma perspectiva toda original.

O livro é dividido em três grandes partes: História, Tipologia e Sociologia. Procuraremos dar um breve resumo de cada uma, levantando os principais pontos abordados.

Na primeira parte, o autor faz uma retrospectiva histórica do cooperativismo, desde suas origens até a sua situação atual. A retrospectiva abre com um capítulo, A utopia cooperativa, no qual é definido projeto utópico: "seria um projeto imaginário de uma sociedade alternativa" (p. 35). Analisando, então, os projetos utópicos que precederam ou geraram projetos cooperativos, o autor descreve as principais idéias de Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Cabet, Raiffessen e Weitling. E conclui esta análise considerando que "na passagem da utopia escrita para a posta em prática, observa-se a transformação desta visão comunitária numa prática cooperativa: ... eles achavam que a solução cooperativa seria uma etapa transitória para se chegar à comunidade. Entretanto isto é uma ilusão: se é verdade que certos projetos ou experiências comunitárias deram origem a cooperativas, jamais se observou o oposto" (p. 47).

A seguir, o autor expõe o que denomina "a eclosão cooperativa", detendo-se no estudo da "matriz rochdaleana". Na apre-

sentação dos estatutos de Rochdale, Desroche considera que é preciso distinguir os fins estratégicos dos meios táticos. Os meios táticos seriam aqueles expostos por um dos pioneiros como W. King em seu jornal *The Cooperator*: "Por que em vez de se apelar para coletas, a fim de se fundarem vilas de harmonia, ao gosto da Igreja ownesta, não se faz um apelo à mobilização e frutificação das poupanças investindo-se em lojas de distribuição? Após esta primeira fase de fundação de uma loja, poder-se-ia passar a uma fase seguinte, de criação de uma comunidade". Os fins estratégicos expressos na primeira lei dos estatutos de Rochdale referem-se à reforma social, que levaria a um novo mundo pela fundação de comunidades.

Desroche dá uma ênfase especial a esta primeira lei (**first law**) de Rochdale, pois ela implica uma concepção globalizante do movimento cooperativista no qual a partir da criação de uma cooperativa de consumo se fundariam cooperativas de habitação, de manufaturas, agrícolas e educacionais — e o objetivo último seria a criação de uma comunidade. Esta **first law** foi relegada ao esquecimento pelos teóricos e práticos do cooperativismo que viam nela resquícios de um ownismo ultrapassado. Entretanto Desroche a considera de importância crucial para o desenvolvimento de um projeto cooperativo e retoma este ponto diversas vezes no decorrer do seu trabalho.

Completa esta primeira parte a análise de temas como o internacionalismo cooperativo, cooperação e desenvolvimento e demografia cooperativa. Alguns desses tópicos, como por exemplo a demografia cooperativa, já haviam sido estudados em obras anteriores (*Le développement intercoopératif*), mas adquirem aqui relevância especial.

Na segunda parte — Tipologia — Desroche, após discutir os prós e contras das diversas classificações, propõe uma classificação própria, apontando-lhe os méritos e deixando que outros estudiosos façam as suas críticas. Consistiria basicamente em:

- cooperativas de consumo: englobariam não somente as clássicas cooperativas de consumo, mas também a distribuição realizada por cooperativas de empresas e comerciantes.
- cooperativas de crédito: incluiriam as cooperativas de crédito mútuo a grupos familiares, a empresas, e de ajuda mútua espontânea ou de inspiração sindical.
- cooperativas de produção industrial: compreenderiam as cooperativas de produção operária, as artesanais, as de pescadores, e também algumas recentes como as de profissionais liberais.
- cooperativas agrícolas, incluindo as cooperativas de serviços: abastecimento e/ou escoamento da produção agrícola, as microcooperativas de trabalho, as vilas cooperativas multifuncionais e ainda as cooperativas agroindustriais.

Cada um destes tipos de cooperação é analisado e dentro de cada tipo propõem-se classificações especiais.

Na terceira parte — Sociologia — o autor retoma em um capítulo, O enxerto cooperativo, a problemática das relações comunidade/cooperativa (particularmente relevante às nações jovens africanas) e afirma:

"O movimento cooperativo, ao nível das comunidades reais humanas, constitui um modo de organização que permite preservar os valores comunitários antigos e promover um desenvolvimento moderno, suscetível de tomar um lugar sólido nas correntes de evolução do mundo atual".

E procura tornar realidade esta afirmativa, em todas as oportunidades de assessoramento a países em vias de desenvolvimento. O relato destas experiências constitui um dos pontos interessantes do livro.

Analisa ainda temas como o cooperativismo e a reforma agrária, as relações do movimento cooperativista com o Estado, desenvolvendo também um capítulo de cunho mais econômico sobre a empresa cooperativista. Neste capítulo ele considera os princípios econômicos fundamentais da cooperação: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e distribuição (a cooperativa remete seus benefícios à cota-parte das transações realizadas pelos associados e não à cota-parte do capital de ações — este é o elemento econômico essencial do cooperativismo).

Desroche também considera o problema da democracia no interior das cooperativas. Se nas pequenas cooperativas a gestão interna não traz maiores dificuldades, nas grandes isto já constitui problema mais sério. Geralmente existem nas grandes cooperativas quatro grupos envolvidos no processo de administração: o grupo dos associados, o dos administradores eleitos pela assembléia geral dos cooperados, o de administradores nomeados (quando os associados não têm tempo ou conhecimento suficiente para ocupar cargos administrativos) e o grupo dos empregados assalariados. Entre estes grupos podem surgir sérias divergências, na medida em que um se sobrepõe aos demais, ou se alia a um outro contra os restantes.

Finalizando, o autor aborda temas relativos à convicção cooperativa e à cultura cooperativa (os princípios, as doutrinas e a educação). E na conclusão procura, ao justificar a escolha do título para a sua obra — **Le projet coopératif son utopie**

e sa pratique, ses appareils et ses réseaux; ses espérances et ses déconvenues — sintetizar suas idéias a respeito do projeto cooperativo, enfatizando os pontos que a seu ver merecem maior destaque.

Um dos grandes méritos de Desroche é aliar um vasto conhecimento teórico sobre o assunto a uma práxis sempre renovada — isto confere a sua obra um valor especial, pois é justamente na discussão dos exemplos concretos que o autor alcança seus melhores momentos teóricos. Com uma citação de Charles Gide ("A verdadeira marca de vitalidade não é durar, mas renascer") conclui: — "...e precisamente o projeto cooperativo dura porque suas experiências renascem perpetuamente de suas descobertas". ■

Maria Tereza Leme Fleury

Vianna, Luiz Werneck — **Liberalismo e sindicato no Brasil**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, 288 p.

A obra de Werneck Vianna, pelo seu caráter abrangente, polêmico e crítico veio satisfazer os anseios de significativa parcela de estudiosos de ciência política e de amplos setores da sociedade engajados na vida social e política brasileira.

Faz-se mister ressaltar alguns pontos fundamentais discutidos ao longo deste trabalho: a dinâmica das classes sociais e seu relacionamento com o Estado, a organização e desenvolvimento do movimento operário e sindical desde o início do século até praticamente os dias mais recentes, a atuação do Estado enquanto agente direto no processo de acumulação industrial e o fracasso do liberalismo enquanto projeto ideológico das frações burguesas no pós-30.

Já na sua Introdução, com rigor teórico louvável, W. Vianna capta a problemática do liberalismo: "trata-se de resolver a compatibilidade do indivíduo livre com a sociedade política, ou se se quiser, de como articular um sistema jurídico que oponha o privado ao público". A intervenção deste sobre aque-

le se efetiva em múltiplos aspectos. O mercado, o trabalho e a empresa, anteriormente estranhos à regulamentação jurídica, são penetrados por larga e copiosa legislação. O direito do trabalho expressará a emergência da classe trabalhadora na luta contra o pacto original do liberalismo, impondo restrições legais ao indivíduo possessivo. Vê-se a "publicização do privado", provocando a intervenção do Estado sobre as condições de compra e venda da força de trabalho. O direito do trabalho, de conquista da classe trabalhadora, vira-se contra ela. "A sociedade se converte em palco da contenda entre grupos sociais, e não mais entre simples indivíduos".

Nos dois primeiros capítulos o autor faz uma análise das relações antagônicas que envolvem de um lado a burguesia industrial — de inspiração liberal-fordista — e, de outro, a classe operária, onde "boa parte de sua movimentação organizada esteve praticamente localizada no esforço de romper o estatuto da ortodoxia liberal".

Convém lembrar que a ortodoxia liberal, na sua versão clássica consagrada pelo Código Civil de 1916, assim como o Estado edificado pela oligarquia agrário-exportadora, se constituíram no caldo de cultura funcional e adequado à emergência e expansão da burguesia industrial.

O esgotamento do projeto liberal, que se inicia nos anos 20, será consumado pela incapacidade das novas frações dominantes emergentes no pós-30; a crise de hegemonia então verificada expressará a falência do liberalismo. A este respeito voltaremos pouco adiante.

Ainda no capítulo primeiro, o autor propõe uma nova periodização para o movimento operário e sindical através da sua articulação com o sistema político-institucional. Procura captar,